

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

Ata da Septuagésima Oitava Sessão Ordinária do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, no ano de 1998.

1 2

3

4 5

6

78

9

10 11

12

13

14

1516

17 18

19

20

21 22

2324

25

26

27

28

29

30 31

32

33

34

Às dezessete horas do dia dezoito de setembro do ano de mil novecentos e noventa e oito (18.09.98), nesta cidade do Recife, do Estado de Pernambuco, com a presença dos Excelentíssimos Senhores: Presidente, Des. Luiz Belém de Alencar; Vice-Presidente, Des. Francisco de Sá Sampaio; Juiz do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Dr. José de Castro Meira; Juízes de Direito, Dr. Mauro Alencar de Barros e Dr. Ruy Trezena Patu Júnior; Juristas, Dr. José Paes de Andrade e Dr. Mário Gil Rodrigues Neto, comigo, Maria Inês Martins Alecrim, Diretora Geral, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, o Des. Presidente passou a palavra ao Juiz José Paes de Andrade, que trouxe a julgamento, o seguinte feito, do qual havia pedido vista na sessão anterior: PROCESSO Nº 4869/98 - Classe VI - Recurso Eleitoral Ordinário - Recife, no qual a Coligação "União por Pernambuco" -UPE, por seu representante legal, Dr. Geraldo de Oliveira Santos Neves, recorre contra decisão do Juiz Coordenador da Propaganda Eleitoral, que extinguiu o processo de Representação sem julgamento de mérito, nos termos do art. 267, VI, do Código de Processo Civil (ausência de interesse processual de DECISÃO: agir). "Unanimemente, nos termos do voto do Relator, decidiu o TRE negar provimento ao recurso". Com a palavra o Juiz Francisco Sampaio, que trouxe a julgamento o seguinte feito constante de pauta: PROCESSO 4850/98 - Classe VI - Recurso Eleitoral Ordinário - 48ª Zona -Altinho, no qual o Sr. José Roberto Brasil, por seu representante devidamente habilitado, Dr. José Carlos da Silva, recorre contra decisão que condenou o Recorrente como incurso nas sanções do art. 326, do Código Eleitoral. Durante o julgamento registra-se a presença do Dr. Francisco Rodrigues dos Santos Sobrinho, Procurador Regional Eleitoral. DECISÃO: "Unanimemente, decidiu o TRE pela rejeição das preliminares de incompetência da Justiça Eleitoral para julgar o feito e de nulidade do processo, por admissão do assistente de acusação sem ouvir-se o Promotor de Justiça. No mérito, também à unanimidade, decidiu ø TRE dar provimento parcial ao recurso para modificar a sanção aplicada, impondo-se ao réu a pena pecuniária de

Aro-

40 (quarenta) dias-multa". Em seguida, o Des. Presidente passou ao 35 julgamento dos seguintes processos de Classe I - Feito Administrativo, 36 nos quais os Juízes Eleitorais solicitam a prorrogação, por mais um 37 ano, do prazo de permanência de Auxiliares de Cartório: PROCESSO 38 Nº 9211/98, da 117ª Zona - Olinda: Maria Lúcia Telles de Carvalho; 39 40 PROCESSO Nº 9212/98, da 12ª Zona - Paulista: Cintia de Figueiredo Ferraz. DECISÃO NOS PROCESSOS ACIMA: 41 42 "Unanimemente, foi deferido o pedido" Em seguida, o Juiz Relator fez a leitura do acórdão do PROCESSO Nº 4869/98 - Classe VI - Recurso 43 Eleitoral Ordinário - Recife, publicando-o em sessão. Nada mais 44 havendo a tratar, foi encerrada & Sessão, do que, para constar, eu 45 , Diretora Geral, mandei lavrar a presente, 46

que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

47